

Entenda como o aumento de imposto impacta o mercado ilegal

 poder360.com.br/conteudo-patrocinado/entenda-como-o-aumento-de-imposto-impacta-o-mercado-ilegal

June 4, 2024

Um novo tributo, como o Imposto Seletivo, afetará diretamente os preços de produtos nacionais e a competitividade das indústrias brasileiras, dizem especialistas



Em relação a agosto, menos empresas pediram recuperação judicial

c Shutterstock

por FNCP 4.jun.2024 (terça-feira) - 6h00

A disparidade de impostos entre Brasil e países vizinhos, como o Paraguai, estimula o mercado ilegal de produtos, causando um prejuízo bilionário à indústria nacional. Segundo especialistas, o alto custo tributário reduz a competitividade das mercadorias brasileiras, especialmente aquelas que já possuem taxaço diferenciada no país. Torna, ainda, o contrabando atrativo, sustentando o fluxo criminoso dos mais diversos produtos.

De acordo com levantamento do FNCP (Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade), somente em 2023, o prejuízo causado pelo mercado ilegal no Brasil foi de R\$ 441,2 bilhões, considerando a soma de perdas econômicas e a sonegação de impostos em 15 setores da indústria brasileira. O montante quadruplicou em 9 anos –em 2014, o valor era de R\$ 100 bilhões, conforme a entidade.



Inscriva-se



Inscriva-se

A possibilidade de que a reforma tributária, em fase de regulamentação pelo Congresso, resulte em aumento de impostos é uma preocupação da indústria. No cerne da discussão está o IS (Imposto Seletivo), novo tributo que será aplicado a bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Previsto no PLP (projeto de lei complementar) 68/2024, enviado em abril pelo governo federal ao Congresso, o IS incidirá sobre 6 categorias. É o caso de cigarros, bebidas alcoólicas e com alto teor de açúcar, veículos, embarcações e aviões e bens minerais extraídos.

A proposta de onerar esses produtos parte de uma ideia de que o aumento da tributação servirá para inibir o consumo. Segundo os especialistas, o raciocínio exige uma reflexão cuidadosa, considerando, especialmente, a realidade brasileira e alguns elementos empíricos.

Eles explicam que qualquer acréscimo à carga tributária terá efeito imediato para o crescimento do mercado ilícito, já que refletirá diretamente em aumento do preço dos produtos nacionais em relação aos do contrabando.

“Todo aumento de imposto é vantajoso para o produto ilegal, porque a margem de preço fica cada vez mais favorável para o contrabandeado. Um produto que não paga imposto, versus o outro que paga, evidentemente a vantagem competitiva dele vai ser enorme, porque a mercadoria ilícita terá uma diferença de preço ainda mais favorável”, explicou o presidente do FNCP, Edson Vismona.

Para o advogado e procurador especial tributário do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Luiz Gustavo Bichara, o IS tornará os preços de produtos, como cigarro e bebidas alcoólicas, mais altos. Ele explica que o objetivo do governo é que a arrecadação do novo tributo equipare-se à do atual IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), estimada em R\$ 50 bilhões.

“O IPI atualmente incide sobre uma infinidade de produtos, enquanto o Imposto Seletivo incidirá sobre um número limitado de produtos. É possível concluir que esses produtos serão ainda mais onerados pelo IS do que são hoje pelo IPI. Em outras palavras, teremos indiscutível aumento de carga tributária”, disse o advogado.

Além disso, na avaliação de Bichara, como a alíquota do Imposto Seletivo será estabelecida por lei ordinária –votada em quórum de maioria simples–, existe o risco de o imposto ser utilizado como instrumento para aumento de arrecadação por parte do governo.

Para Vismona, a reforma desenha um cenário favorável ao aumento do desequilíbrio fiscal, que daria ainda mais vantagem ao mercado ilegal. *“As condições para o crescimento do ilegal são muito presentes, muito fortes. Com a reforma tributária, a preocupação é ainda maior, porque nós temos uma situação hoje de certa forma estável no que tange aos impostos incidentes sobre os produtos brasileiros”, explicou.*

Leia sobre os prejuízos causados pelo mercado ilegal ao país no infográfico.

[compartilhe esta imagem](#)

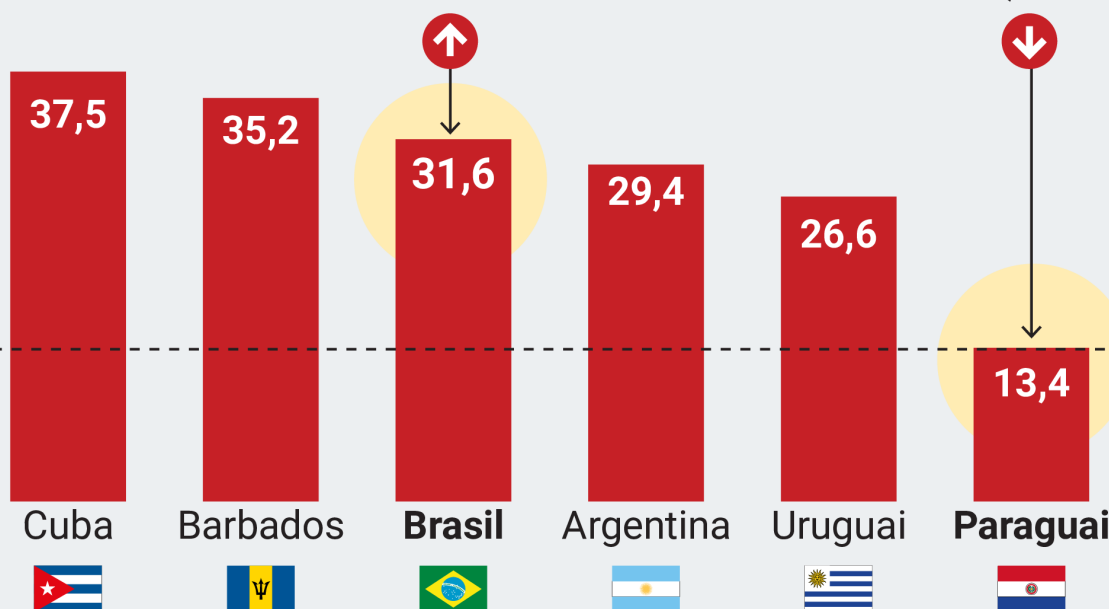
DESEQUILÍBRIO TRIBUTÁRIO PODE ESTIMULAR MERCADO ILEGAL

Diferença entre taxas do Brasil e de outros países, como o Paraguai, impacta em aumento do contrabando

Carga tributária em relação ao PIB (%)

3º MAIOR imposto
dentre os 26 países da América Latina e do Caribe

3º MENOR imposto
Só é maior em comparação à Rep. Dominicana (12,6%) e Guatemala (12,4%)



Produtos com altas taxas são os mais contrabandeados

Cigarro é o produto ilegal mais apreendido no Brasil pela Receita Federal

Apreensões (em R\$ milhões)



Vestuário
199

Cigarros
861



Informática
89



Bebidas
82

Brinquedos
59

Representa
22,8%

do volume total
(em reais) apreendido.
Foram **171,3 milhões**
de maços em 2023

R\$ 3,8 mi

em mercadorias
foram apreendidas
em 2023



R\$ 441,2 bi

é a estimativa do prejuízo
do Brasil com o mercado
ilegal

Reforma prevê aumento de imposto para alguns produtos

Para representante de entidade e especialista, a criação de novos tributos é prejudicial à competitividade brasileira

Como vai funcionar o IS (Imposto Seletivo)



Novo tributo incidirá sobre produtos como cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, dentre outros itens



Cigarros e bebidas alcoólicas já têm taxaçaõ diferenciada no Brasil



As alíquotas do IS ainda não foram definidas e serão estabelecidas por lei complementar

Fontes: Relatório Estatísticas Tributárias da América Latina e Caribe 1990-2020, de 2022, da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico); Balanço Aduaneiro de 2023, da Receita Federal; dados do FNCP (Fórum Nacional contra a Pirataria e Ilegalidade); e entrevistas com Edson Vismona, presidente do FNCP, e com Luiz Gustavo Bichara, procurador especial tributário do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), realizadas em 16.mai.2024.



Fórum Nacional
Contra a Pirataria
e a Ilegalidade



3.jun.2024

Produtos mais taxados

Segundo o relatório Estatísticas Tributárias na América Latina e no Caribe, de 2022, produzido pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a carga tributária em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro foi de 31,6% em 2020, a 3ª maior dentre 26 países analisados. Em comparação, o percentual tributário do Paraguai foi de 13,4%, o 3º menor, superior apenas à República Dominicana (12,6%) e à Guatemala (12,4%).

A relação entre a carga tributária e o comércio ilegal é perceptível em produtos como o cigarro, por exemplo. De acordo com levantamento elaborado pelo Idesf (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras), a pedido do **Poder360**, os impostos que incidem no produto final ficam, em média, a 71% em território brasileiro. No Paraguai, o imposto cobrado da indústria do tabaco chega, em média, a 28%.

O produto é o mais apreendido pela RF (Receita Federal). Em 2023, o Balanço Aduaneiro do órgão mostra que o item correspondeu a quase 23% do valor de mercadorias apreendidas, totalizando R\$ 861 milhões.

A maior parte do cigarro ilícito tem origem no Paraguai, conforme explicou o presidente do FNCP. Além do prejuízo econômico, Vismona destaca que o mercado ilegal está diretamente associado ao financiamento do crime organizado e de milícias.

“Não há pauta de exportação legal de cigarros do Paraguai para o Brasil, tudo é contrabando. Entram pelo Paraná, Mato Grosso do Sul, e até via Bolívia, Chile e Guiana. É tão vantajoso o contrabando que, mesmo com essa volta logística, o produto chega bem mais barato no mercado brasileiro”, afirmou Vismona.

No caso das bebidas alcoólicas, as taxas chegam a 48% no Brasil, segundo o Idesf. A RF registrou um volume de R\$ 82 milhões de mercadorias desse tipo apreendidas, em 2023.

No último ano, a instituição federal apreendeu o total de quase R\$ 3,8 bilhões em mercadorias ilegais. Além do cigarro e das bebidas, figuram na lista de mais apreendidas: vestuário (R\$ 199 milhões), informática (R\$ 89 milhões) e brinquedos (R\$ 59 milhões), dentre outras.

O prejuízo do contrabando soma-se ao provocado por fábricas clandestinas que operam no Brasil, reproduzindo marcas paraguaias para o mercado interno. No 1º trimestre deste ano, duas fábricas clandestinas de cigarros já foram fechadas, de acordo com levantamento do Ipec Inteligência, de 2023.

Além disso, há fábricas legalizadas que sonegam continuamente impostos –os chamados devedores contumazes. Estes são alvo de um projeto de lei que tramita no Congresso e tem apoio da indústria. No ano passado, segundo o levantamento do FNCP, a sonegação estimada foi de R\$ 139 bilhões.

Leia sobre a diferença de impostos no infográfico.

[compartilhe esta imagem](#)

CIGARRO TEM A MAIOR CARGA DE IMPOSTOS DO BRASIL

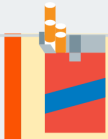


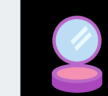





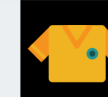
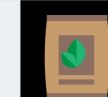
Carga tributária deixa os preços dos produtos brasileiros mais altos em relação aos do Paraguai



Brasil



Paraguai

Produto	Brasil	ISC*	IVA**
 Cigarros	71% (em média)	18%	10%
 Perfume importado	51%	5%	10%
 Bebidas alcoólicas	48%	8% a 11%	10%
 Cosméticos	45%	5%	10%
 Celulares	40%	1%	10%
 Material esportivo	36%	-	10%
 Óculos	35%	-	10%
 Computadores	35%	1%	10%
 Brinquedos	34%	-	10%
 Vestuário	32%	-	10%
 Defensivos agrícolas	32%	-	10%

*Imposto Seletivo sobre o Consumo

** Imposto sobre Valor Agregado

Fonte: Levantamento do Idesf (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras) em parceria com o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), o Buró Contadores (Paraguai) e o contador Ronaldo Vaena, do Contassem - Contabilidade e Assessoria Empresarial Brasil.



3.jun.2024

Exemplo internacional

A simplificação da carga tributária sem prejuízo à arrecadação, segundo Bichara, é uma alternativa que já teve sucesso em outros países, como no caso da reforma tributária realizada na Geórgia, país localizado no extremo leste da Europa. Em 2004, o país reduziu de 21 para 7 o número de impostos sobre o consumo, além de diminuir alíquotas e extinguir taxas locais.

A arrecadação do IVA (Imposto Sobre Valor Agregado, cobrado na produção e distribuição de produtos) na Geórgia subiu de 8,5% do PIB, em 2005, para 11,5%, em 2009. Segundo o advogado, exemplos como o da Geórgia oferecem pontos de reflexão para a realidade brasileira, guardadas as proporções entre os 2 países. A reforma do país foi destacada pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) como um exemplo de como otimizar um sistema tributário.

Para o presidente do FNCP, além de evitar o aumento de impostos sobre produtos historicamente prejudicados pela ilegalidade, o combate ao mercado ilegal passa pelo investimento na fiscalização e repressão ao crime organizado, com recursos financeiros, humanos e tecnológicos.

“Nós temos compromissos com a OMS (Organização Mundial da Saúde), de ter uma carga tributária mais elevada para cigarros. Isso já faz parte da nossa história. E o Paraguai também tem, só que o Paraguai não segue. Defendemos a equalização dos tributos pelo lado do Paraguai, e no lado brasileiro, que não haja um aumento maior ainda da carga tributária já incidente”, explicou Vismona.

A publicação deste conteúdo foi paga pelo FNCP. Conheça a divisão do Poder Conteúdo Patrocinado.

o Poder360 integra o
autores



FNCP

O FNCP (Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade) é uma associação civil sem fins lucrativos formada em 2006 por empresas, entidades representativas dos setores produtivos e sindicatos. É a maior associação brasileira com foco exclusivo no combate à ilegalidade. <https://fncp.org.br/>